12
aula

UM POUCO DE HISTÓRIA:

CATECISMO E ALFABETIZAÇÃO

META

Apresentar a história da alfabetização no Brasil, bem como o modo pelo qual o ensino do ler e escrever e a instituição escolar contribuíram para a normatização e unificação do uso da Língua Portuguesa no país; estabelecer relações entre catecismo e alfabetização e entre Língua Nacional e Identidade Nacional.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: compreender a importância do ensino de ler e escrever na História do Brasil, bem como na normatização e unificação do uso da Língua Portuguesa; aprender o conceito de catecismo, fazendo relações entre alfabetização, Língua Nacional e Identidade Nacional.

PRÉ-REQUISITOS

Conceitos de texto e discurso; modelo de processamento de informação textual; coesão e coerência textuais.

INTRODUÇÃO

As primeiras aprendizagens, ou saberes elementares – ler, escrever e contar – só recentemente têm sido objeto de estudo de historiadores e pesquisadores das áreas de Letras e Educação. Sua dificuldade em se configurar como disciplina escolar, ou como campo do saber na hierarquia das ciências, faz com que os estudos sobre esse tema busquem, na maior parte das vezes, verificar o modo como tais saberes foram se disciplinarizando em áreas específicas, como Lingüística e Matemática.

Nesta aula, você aprenderá um pouco sobre a história da alfabetização no Brasil, bem como sobre o modo pelo qual o ensino do ler e escrever e a instituição escolar contribuíram para a normatização e unificação do uso da Língua Portuguesa no país. Aprenderá também sobre os catecismos, o ensino de Primeiras Letras e a questão da Língua Nacional, tendo uma noção geral do modo como a institucionalização do ensino da Língua Portuguesa, no país, atendeu a finalidades não só pedagógicas, mas também políticas e culturais.

Padres jesuítas (Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br).

ESCOLARIZAÇÃO

Uma das principais transformações do mundo ocidental, no fim da Idade Média, ocorreu no processo de transmissão cultural. Até então, as normas sociais que regiam a vida coletiva eram passadas, de geração em geração, no ambiente familiar ou corporativo em que o indivíduo nascia e se desenvolvia, integrando-se em sua comunidade. Aos poucos, essa transmissão foi se tornando objeto de uma ação educativa especializada. Para tanto, assumiu fundamental importância o novo sentido adquirido pela palavra "mudança", associado ao conceito de "plasticidade", segundo o qual o mundo pode ser moldado, e o homem transformado.

É nesse momento que a criança vai ser tratada de modo especial, fazendo com que se desenvolva uma "nova concepção de infância" (ARIÈS, 1981), caracterizada, inicialmente, pela idéia de que a criança é um ser vicioso e imoral que precisa se domesticar, e depois de que ela é inocente, sendo necessária a sua proteção. Tal preocupação com a infância irá concorrer para o processo de **escolarização**, sendo considerado um dos principais fatores da configuração da escola.

De um modo geral, poderíamos destacar duas fases na história da escola. A primeira, até meados do século XVIII, é caracterizada pelo domínio da Igreja, enquanto a segunda, que se estende até os nossos dias, pelo do Estado. Mais do que duas histórias distintas, essas fases representam dois momentos de um mesmo processo: o da escolarização das crianças.

Os domínios da Igreja e do Estado por que passam os processos de escolarização orientam-se por finalidades cujos propósitos acabam por dimensionar boa parte das práticas escolares. No domínio religioso, a cristianização mediante uma conversão eficaz e sólida é, segundo Hébrard (1990), a finalidade que se exprime na perspectiva da escolarização. Na segunda metade do século XVIII, a finalidade do Estado direcionada à civilização dos costumes e dos espíritos também passa a integrar, juntamente com a da Igreja, os processos de formação da escola.

Essas finalidades, aliadas à estreita relação entre escolarização e cultura escrita, possibilitam compreender uma das razões que leva

à necessidade de ancorar a formação cristã na alfabetização, que, por sua vez, desencadeou a aprendizagem da leitura e da escrita. Desse modo, o catecismo tornou-se um instrumento capaz de interligar os domínios da fé pela alfabetização. Você deve ter percebido que a função do catecismo pode ser comparada, em certa medida, à dos atuais manuais didáticos.

CATECISMO E ALFABETIZAÇÃO

Com o propósito de fixar a doutrina cristã pela letra impressa, os catecismos foram escritos inicialmente por reformadores protestantes, e depois por bispos católicos. Funcionavam como guias para aqueles que ensinavam aos aprendizes as orações e os elementos principais da doutrina, sob a forma de perguntas e respostas alternadas. No século XVII, o catecismo não era mais o livro do mestre, mas do aluno, e dele constavam o alfabeto, os quadros de sílabas, as orações (Pai Nosso, Ave Maria e Credo), as ações ordinárias litúrgicas e os salmos da penitência.

Leia o título de um do catecismo usados nas **Aulas** de Pernambuco entre 1759 e 1760 e observe nele a força com que os religiosos abraçaram a causa da alfabetização pela conversão da fé cristã, pela relação gramatical de meio e fim: *Breve instrucçam para ensignar a Doutrina Christã, ler e escrever aos Meninos e ao mesmo tempo os principios da lingua Portugueza e sua orthografia*. Observamos uma primeira relação sintático-semântica de meio-fim assinalada em *breve instrução* (meio) e *ensinar a Doutrina Christãa, ensinar ler e escrever aos meninos, ensinar os princípios da Lingoa Portugueza e sua Orthographia* (fins). Dentre as três finalidades, ocorre também uma relação temporal de simultaneidade pautada pelo uso da expressão *ao mesmo tempo*, que se opõe à visão de sucessividade das ações de ensinar.

Depois da leitura desse título, você pode reforçar a idéia de que o catecismo funcionava, de fato, como um manual didático-pedagógico, utilizado para o ensino simultâneo dos preceitos formado-

Aula

O sentido da palavra "aula", nos séculos XVIII e XIX, não corresponde ao atual, pois significava "cadeira", ou o oferecimento da matéria, ministrada por um profesor, na maior parte das vezes, em sua própria residência.

res da religião cristã, da leitura e escrita e da gramática da língua portuguesa. É importante saber também que a ortografia assumiu um papel destacado na alfabetização, desde a aquisição das letras do alfabeto até a formação de sílabas e vocábulos, acentuação e sinais de pontuação. À gramática propriamente dita cabia o estudo das nove vozes ou partes do discurso, a saber: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Do ponto de vista da história da educação no Brasil, esse catecismo responde pelo cumprimento dos propósitos normatizadores e unificadores fixados no *Diretório dos Índios* ou *Lei do Diretório*, assinada pelo Marquês de Pombal em 27 de agosto de 1758. Com tal lei, tornaram-se obrigatórios o uso e o ensino do português na colônia brasileira, em contraposição ao uso da **língua geral**, como podemos observar no seguinte trecho:

Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles Índios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da lingua propria das suas Nações, ou da chamada Geral; mas unicamente da Portugueza, na forma que Sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total ruina espiritual, e Temporal do Estado" (apudANDRADE, 1978).

Marquês de Pombal

Lingua geral

O nheengatu, também conhecido como nhengatu, língua geral da Amazônia, ou ainda pelo nome latino ***lingua brasilica***, é uma língua da subfamília tupi-guarani. É a língua materna da população cabocla, além de manter o caráter de língua de comunicação entre índios e não-índios, ou entre índios de diferentes línguas.

Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) foi diplomata em Londres (1738-1744) e em Viena (1745-1749), sendo nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra com a ascensão de D. José I, em 1750, e depois secretário dos Negócios do Reino, em 1755. Em 1759, recebeu o título de Conde de Oeiras, e em 1769 o de Marquês de Pombal.

Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus (em latim, Societas Iesu, abreviadamente S. J.), cujos membros são conhecidos como Jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola (Santo Inácio de Loyola). É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional.

Observe a importância que assume a separação entre ortografia e gramática para garantir o uso unificado da língua pela prática escrita**.** O ensino da ortografia, além de ter a função de alfabetizar, cumpre também o papel de ensinar a grafia correta dos vocábulos, segundo a norma ortográfica usada nos documentos legais da corte portuguesa. A análise gramatical, por seu turno, presta-se mais ao ensino da estrutura e organização da língua portuguesa.

Dessa forma, o ensino de português, em seus primórdios, no Brasil, tinha não somente uma finalidade pedagógica, mas também política e cultural, pois era uma estratégia de controle e unificação do uso da língua portuguesa na colônia, num momento em que o Estado português assumia o controle da educação, antes de competência da igreja, especialmente da **Companhia de Jesus**, em Portugal e seus domínios.

Contudo, é preciso relacionar tal processo a um movimento maior, de configuração do Estado moderno europeu, isto é, do Estado-Nação, que passava não somente por um movimento geral de reformulação jurídica, mas também pelo processo de construção de uma identidade nacional – ou de invenção de uma tradição –, o que, mais do que uma entidade política, configura-se como um "sistema de representação cultural":

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional (Hall, 2005: 49-50).

O ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS NO BRASIL

O ensino elementar, ou de Primeiras Letras, no Brasil, começa a configurar-se por volta da década de cinqüenta do século XVI, no chamado "período heróico" da ação educativa dos jesuítas, com a

política de aldeamentos do **Padre Manuel da Nóbrega**, muito embora já estivesse previsto nos planos da Companhia de Jesus, ainda que em caráter secundário. A ação jesuítica, nesse setor, proporcionou a configuração de alguns componentes da escola, dada a sua preocupação com as crianças, ou "curumins", e com o espaço, a "casa de meninos". A partir do seu "período de expansão", na década de sessenta, os jesuítas concentraram-se na criação e manutenção dos colégios, nos quais se ensinavam as matérias preparatórias para a carreira eclesiástica ou acadêmica, deixando as Primeiras Letras a cargo dos mestres particulares (HILSDORF, 2003).

Somente no século XVIII, as Primeiras Letras foram objeto de legislação, sendo seu ensino institucionalizado em Portugal e seus domínios com a lei de 6 de novembro de 1772. Desde de 1759, porém, ano da reforma do ensino da Gramática Latina, alguns regulamentos foram expedidos por El-Rei, sob as vistas do Marquês de Pombal, no intuito de instituir, principalmente em suas colônias, o uso da Língua Portuguesa, mediante a nomeação de mestres régios de ler, escrever e contar.

No caso da colônia brasileira, as iniciativas seriam mais urgentes pela necessidade de controlar os nativos indígenas mediante a imposição da língua portuguesa, uma vez extinta a Companhia de Jesus, que os convertiam falando sua própria língua, ou a língua geral.

A lei de 1772 já previa vários elementos da escola, pois, além de institucionalizar a figura do mestre régio, previa, dentre outras coisas, os conteúdos ensinados e os compêndios a serem usados. Embora o tempo fosse também regulamentado, o espaço ainda era indefinido, sendo reunidas as classes nas próprias casas dos professores. O mesmo ocorria com os jesuítas, pois as "casas de meninos" serviam, ao mesmo tempo, de escola, dormitório, refeitório e enfermaria.

Já nos tempos do Brasil independente, a lei de 15 de outubro de 1827 criou a figura do professor de Primeiras Letras, denominação que implicava uma distinção do estatuto social e econômico da atividade docente, estabelecendo os principais elementos que pos-

Manuel da Nóbrega

Manuel da Nóbrega (Sanfins do Douro, 18 de Outubro de 1517 — Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1570) foi um sacerdote (jesuíta) português, chefe da primeira missão jesuítica à América. As cartas enviadas a seus superiores são documentos históricos sobre o Brasil colônia e a ação jesuítica no século XVI.

sibilitaram o aparecimento da instituição escolar no Brasil, tais como: sua administração; financiamento; seleção, formação, carreira e remuneração do professor; os estudos, ou conteúdos ensinados; o método de ensino e a instrução das meninas, além da regulamentação da figura das mestras. No decorrer do século XIX, principalmente depois do Ato Adicional de 1834, o ensino de Primeiras Letras tornou-se competência das províncias, cujas câmaras passaram, a partir de então, a elaborar a sua legislação específica.

LÍNGUA NACIONAL E IDENTIDADE NACIONAL

Se a Lei do Diretório, como você pôde notar, enfatizava a necessidade da imposição da Língua Portuguesa, proibindo que meninos e meninas usassem "da língua própria das suas Nações", já em 1827, alguns anos depois da Independência, a lei de 15 de outubro estabelecia, em seu artigo sexto, a "gramática da língua nacional" entre as matérias a serem ensinadas pelos professores.

Isso porque o tratado de reconhecimento da Independência do Brasil estabeleceu relações entre a Coroa e as "nações civilizadas" – especialmente a Inglaterra, com quem Portugal, desde o início do século XVIII, mantinha relações de dependência político-econômica –, e não mais entre o reino e a colônia, o que fez com que colonos e colonizadores se fundissem, institucionalizando, simbolicamente, a mesma "língua nacional". Nesse sentido, tem razão Orlandi (2001) ao afirmar que, se para os europeus é inadmissível falar em Nação sem a existência do Estado, para os povos que passaram pela experiência da colonização é possível localizar a formação da lín-

gua nacional antes mesmo da constituição de um Estado nacional.

Assim, como você pode facilmente perceber, o momento de instituição do ensino de Língua Portuguesa no Brasil corresponde não somente à constituição de uma língua nacional, que se queria unificada no Reino de Portugal e seus domínios, mas também a um movimento de construção de uma identidade nacional que se via ameaçada, na América portuguesa, pela instituição das línguas gerais, especialmente da "língua geral", entendida esta como uma empresa colonial e catequética que buscou homogeneizar a diversidade lingüística e étnica então existente. A *Arte de gramática da língua mais falada na costa do Brasil* (1595), do **Padre Anchieta**, parece ter sido a verdadeira cartilha dos primeiros catequistas, sendo, portanto, a primeira tentativa de se construir uma unidade lingüística no país (Silva, 2001).

José de Anchieta

José de Anchieta (San Cristóbal de La Laguna, 19 de março de 1534 — Iritiba, 9 de junho de 1597) foi um padre jesuíta espanhol, fundador de São Paulo e declarado beato pelo papa João Paulo II.

Não era à toa que a lei do Diretório referia-se à "lingua geral" como uma criação abominável dos primeiros conquistadores, isto é, dos jesuítas, que, mais preocupados em propagar a doutrina do vaticano do que a do Estado português, não faziam uso da Língua Portuguesa para realizar sua missão.

Nessa perspectiva, a institucionalização do ensino de português no Brasil é um fenômeno pedagógico, político e cultural que consiste em colocar a Língua Portuguesa a serviço de um grande projeto nacionalista. Tal projeto, na medida em que se confronta com a diferença e a diversidade, se reinventa e reorganiza suas estratégias político-pedagógicas, com o intuito de instituir uma unidade, isto é, uma identidade comum, nacional.

Contudo, isso não significa dizer que a Língua Portuguesa, como disciplina escolar, tenha realizado suas finalidades, respondendo de modo eficaz aos anseios do legislador do século XVIII, mesmo porque o processo de institucionalização do seu ensino não ocorreu de forma pacífica ou linear, mas conflituosa e descontínua. De qualquer modo, o fato de um país

tão grande quanto o Brasil imposta de fora, mas também como entidade cultural capaz de consolidar ou transgredir as práticas de linguagem e os usos da língua. Usar a Língua Portuguesa como língua materna apenas tornou-se possível com a interferência do ensino, bem como da instituição escolar, e não somente como agente reprodutora de uma ordem

ATIVIDADES

Baseando-se na leitura desta aula, e em pesquisas na Internet de alguns tópicos a ela relacionados – escolarização, catecismo, primeiras letras e identidade nacional –, poste seus comentários no fórum de discussões do grupo. Em seguida, compare seus comentários com os de seus colegas e elabore um relatório sobre os pontos considerados mais importantes na discussão. Com esta atividade, você terá a oportunidade de observar como podem ser variadas as leituras e interpretações de um mesmo texto, bem como de aprender como fazer um relatório que, sem perder a coerência e a coesão textuais, possa dar conta da diversidade de opiniões.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Com esta atividade, você terá a oportunidade de observar como podem ser variadas as leituras e interpretações de um mesmo texto, bem como de aprender como fazer um relatório que, sem perder a coerência e a coesão textuais, possa dar conta da diversidade de opiniões.

CONCLUSÃO

Nesta aula, você ampliou seu conhecimento de mundo sobre os processos históricos, vinculados à educação, que respondem pela disciplinarização do *ler*, *escrever* e *contar*. Contribuiu também para o seu entendimento sobre os modos como se processaram as primeiras aprendizagens, e com elas a alfabetização das crianças.

RESUMO

Como você pôde observar, o ensino do ler e do escrever, no Brasil, inicialmente é uma empresa colonial e catequética, e depois atende a um grande projeto nacionalista. Desse modo, o processo de institucionalização dos rudimentos da Língua Portuguesa, no país, atende a finalidades não só pedagógicas, mas também políticas e culturais. Você aprendeu também que os catecismos podem ser vistos como manuais didáticos utilizados para o ensino simultâneo dos preceitos formadores da religião cristã, da leitura e escrita e da gramática da Língua Portuguesa, e que alfabetização, do ponto de vista da história educacional brasileira, relaciona-se com a construção de uma língua e de uma identidade nacional.

PRÓXIMA AULA

Mais adiante, dando continuidade à história da alfabetização no Brasil, será apresentada a relação entre o ensino de leitura e suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais, além dos diferentes modos de interação entre leitor e texto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil.** São Paulo: Saraiva / EDUSP, 1978.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira / Thomson Learning, 2003.

ORLANDI, Eni. "Apresentação" In: ORLANDI, Eni P. (org). **História das idéias lingüísticas no Brasil:** construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes / Cárceres: Unemat Editora, 2001.

SILVA, Mariza Vieira da. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, Eni P. (org). **História das idéias lingüísticas no Brasil:** construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional Campinas: Pontes / Cárceres: Unemat Editora, 2001.